



Relatório diz que Petrobras foi vítima de cartel de fornecedores

O relator da CPI da Petrobras, Luiz Sérgio, afirmou em parecer que a estatal foi vítima de um cartel de fornecedores e isentou os ex-presidentes da empresa José Sérgio Gabrielli e Graça Foster, além de Dilma Rousseff, ex-presidente do Conselho de Administração. | 5

Sub-relatores fazem lista com 60 indiciados

Os sub-relatores da CPI Andre Moura, Altineu Côrtes e Bruno Covas apresentaram 60 pedidos de indiciamento. A lista deve ser fechada na quinta-feira. | 5



Gustavo Lima

O relator da CPI da Petrobras, Luiz Sérgio, apresentou 14 propostas legislativas e 30 recomendações a vários órgãos públicos

Plenário pode votar MP do seguro rural

Também está na pauta proposta que permite a militares dos estados acumular cargos nas áreas de saúde e educação

Deputados podem votar hoje a medida provisória que atribui à Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias, empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, a função de administrar o

Fundo de Estabilidade do Seguro Rural até a liquidação das obrigações. Na pauta da semana está ainda proposta que possibilita a cobrança por cursos de pós-graduação em universidades públicas. | 3

Rafael Neddermeyer/Fotos Públicas



Debatedores defendem criação de órgão para integrar transportes

Em seminário da Comissão de Desenvolvimento Urbano sobre mobilidade, especialistas sugeriram a criação de uma Autoridade Metropolitana para solucionar a falta de integração entre corredores de ônibus e linhas de metrô. | 7

Texto final de MP sobre parcerias no terceiro setor deve sair hoje | 6

PROJETO QUE AUMENTA O CAPITAL ESTRANGEIRO no setor aéreo causou divergências em debate na Comissão de Viação e Transportes. Representantes de empresas apontaram ganhos, mas trabalhadores alertaram para risco de desemprego | 7

SESSÕES SOLENES

Deputados reivindicam recursos e melhorias para a educação

O Dia do Professor foi homenageado em sessão solene no Plenário

O Dia do Professor (15 de outubro) foi homenageado ontem em sessão solene do Plenário. Um dos autores do requerimento de homenagem, o deputado Izalci (PSDB-DF) criticou os cortes no orçamento do setor. “Neste ano, o corte é de R\$ 37 bilhões. Para 2016, é quase 30% maior que o de todos os outros ministérios.”

Ele questionou o tratamento dado aos profissionais do ensino. “O exemplo do respeito e da valorização tem que vir de cima, mas infelizmente o que vemos são professores tratados com violência física e moral. A inversão de valores neste País é algo assustador.”

Para a deputada Professora Dorinha Seabra Resende



Deputado Izalci comemora a data ao lado de alunos de escola do DF

(DEM-TO), também autora da homenagem, a educação não é levada a sério no Brasil e precisa de reformulação para ter o desempenho esperado.

“A educação precisa ser encarada com responsabilidade e prioridade. Não adianta termos prédios bonitos e um discurso sobre o quanto o profes-

sor é importante se isso não sair do papel”, afirmou.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, enviou mensagem à sessão dizendo que “em um país que precisa urgentemente melhorar a educação, é indispensável reconhecer, valorizar e difundir o papel do professor”.

Centenário de Fernando Sant'Anna é lembrado

O aniversário de 100 anos de nascimento do ex-deputado Fernando Sant'Anna foi homenageado em sessão solene na sexta-feira (16). Roberto Freire (PPS-SP), autor do pedido de homenagem, lembrou que Sant'Anna – que morreu em 2012, aos 96 anos, em Salvador – era uma figura marcante, tinha uma capacidade de conviver com as pessoas como poucos e nunca deixou de afirmar as suas posições. Freire lembrou uma definição de Ulysses Guimarães sobre o político, um comunista histórico. “Sant'Anna era uma bandeira que valia por 30.”

Silas Brasileiro (PMDB-SP) destacou os feitos que marcaram a vida e a carreira do ex-deputado. “Quando se fala em seu nome, lembra-se da marca que podia conviver



Roberto Freire: figura marcante

com os militares e defender os interesses da população. Não há dúvida de que seu empenho na elaboração da Constituição de 1998 tenha sido de importância ímpar para o desenvolvimento do Brasil.”

Em mensagem, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, afirmou que Fernando Sant'Anna sempre foi coerente com suas ideias e fiel ao seu pensamento, “com uma vida digna e decente que se manteve até o fim do ponto de sua carreira na política.”



» Sessão solene

Sessão solene em homenagem aos familiares do jornalista Wladimir Herzog. Plenário Ulysses Guimarães, 9h

» Lei de Patentes

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) debate projeto que altera a lei

de patentes e licença compulsória. Plenário 1, 10h

» Tráfico de armas

A Subcomissão Permanente sobre Combate ao Crime Organizado faz audiência sobre tráfico de armas no Brasil. Plenário 6, 11h

» Terras indígenas

A Comissão Demarcação de Terras Indígenas reúne-se para discussão e votação do parecer. Local a definir, 14h

» Aluguéis em shopping

As comissões de Desenvolvimento Econômico e de Defesa do Consumidor de-

batem o PL 4447/12 que proíbe a cobrança de mais de 12 aluguéis por ano das lojas em shoppings centers. Plenário 5, 14h

» Extintor de incêndio

As comissões de Finanças e Tributação; de Defesa do Consumidor; e de Trabalho discutem resolução do Contran que tornou facultativo o uso do extintor de incêndio para os automóveis, utilitários, camionetas, caminhonetes e triciclos de cabine fechada. Plenário 4, 14h

» Maus-tratos a animais

A CPI faz audiência com

representantes do policiamento ambiental e criadores de animais. Local a definir, 14h

» Programação cristã

A importância social e cultural da programação cristã nos meios de comunicação será debatida em seminário promovido pela Comissão de Ciência e Tecnologia. Auditório Nereu Ramos, 14h

» CPI do BNDES

Reunião para ouvir o ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Miguel Jorge. Plenário 14, 14h

» Educação a distância

A Comissão de Educação promove seminário sobre: “O Marco Regulatório da Educação a Distância”. Plenário 13, 14h

» Crimes Cibernéticos

A CPI ouve o coordenador nacional do Movimento Brasil Livre, Rubens Gatti Nunes. Plenário 11, 14h30



Leia a agenda completa no celular

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 55ª Legislatura

Presidente: **Eduardo Cunha (PMDB-RJ)**

1º Vice-Presidente
Waldir Maranhão (PP-MA)

2º Vice-Presidente
Giacobo (PR-PR)

1º Secretário
Beto Mansur (PRB-SP)

2º Secretário
Felipe Bornier (PSD-RJ)

3ª Secretária
Mara Gabrilli (PSDB-SP)

4º Secretário
Alex Canziani (PTB-PR)

Suplentes:
Mandetta (DEM-MS)

Gilberto Nascimento (PSC-SP)

Luiza Erundina (PSB-SP)

Ricardo Izar (PSD-SP)

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Secretário: Cleber Verde (PRB-MA)

Diretor-Executivo: Claudio Lessa

(61) 3216-1500

secom@camara.leg.br

Jornal da Câmara

Editora-chefe

Rosalva Nunes

Editores

Sandra Crespo

Ralph Machado

Diagramadores

Gilberto Miranda

Renato Palet

Roselene Guedes

jornal@camara.leg.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1626

Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
José Carlos Araújo (PSD-BA)

Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos
Lúcio Vale (PR-PA)

Corregedor Parlamentar
Carlos Manato (SD-ES)

Procurador Parlamentar
Claudio Cajado (DEM-BA)

Ouvidor Parlamentar
Nelson Marquezelli (PTB-SP)

Coordenadora dos Direitos da Mulher
Dâmina Pereira (PMN-MG)

Procuradora da Mulher
Elcione Barbalho (PMDB-PA)

Secretário de Relações Internacionais
Átila Lins (PSD-AM)

Diretor-Geral: **Rômulo de Sousa Mesquita**

Secretário-Geral da Mesa: **Sílvio Avelino**

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA)



Papel procedente de florestas plantadas



Leia esta edição no celular

Plenário deve analisar regra para seguro rural

MP que tranca a pauta transfere para uma estatal a administração do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural

Proposta de mudança na gestão do fundo do seguro rural deve ser o primeiro item analisado pelo Plenário da Câmara hoje, a partir das 16h.

A Medida Provisória 682/15, que tranca a pauta de votações, atribui à Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S/A (ABGF), empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, a função de administrar o fundo de Estabilidade do Seguro Rural até a liquidação de suas obrigações

Atualmente, a Lei Complementar 137/10 estabelece que o fundo de estabilidade é gerido pelo IRB-Brasil Re, privatizado em outubro de 2013.

O relator na comissão mista, deputado Assis Carvalho (PT-PI), incluiu em seu parecer autorização para que a Fazenda estabeleça em regulamento a remuneração a ser paga pelo fundo à agência pela administração de seus recursos.

O parlamentar também ampliou até 2022 o prazo para início da obrigatoriedade de que metade das funções gerenciais da ABGF seja exercida por pessoal permanente (concursado).

Ou seja, essa exigência passará a valer após dez anos a partir da constituição da agência (em 2012) ou cinco anos depois da convocação do primeiro concurso, previsto



Luis Macedo

O Plenário também pode votar projeto que estende benefício a quem pediu seguro-desemprego

para ocorrer em 2017.

PECs - O Plenário também deve voltar a discutir duas propostas de emendas à Constituição, que não chegaram a ser votadas na última quinta-feira (15). A primeira é a PEC 215/03, do deputado Alberto Fraga (DEM-DF), que permite que os militares dos estados e do Distrito Federal acumulem outros empregos remunerados nas áreas de saúde ou de educação.

Já a outra proposta, a PEC 395/14, do deputado Alex

Canziani (PTB-PR), possibilita que as universidades públicas cobrem pela pós-graduação lato sensu, pela extensão e pelo mestrado profissional.

Uma nova PEC (10/11) foi incluída na pauta. É a que obriga os chefes do Executivo (presidente da República, governadores e prefeitos) a apresentar um plano de metas com base em suas promessas de campanha registradas na Justiça Eleitoral.

Benefício - Também poderá ser discutido o Projeto de

Lei 2750/15, que garante a retroatividade do pagamento do seguro-desemprego segundo as regras da Lei 13.134/15 aos trabalhadores que recorreram ao benefício no período de vigência da MP 665/14, cujas condições eram menos benéficas do que as da lei.

A intenção é aplicar as regras definitivas da lei para aqueles que pediram o benefício antes da sua publicação, seja para fins de obtenção, majoração ou ampliação do número de parcelas.

Deputados podem discutir ainda duas propostas de emenda à Constituição e urgência para projetos

As mudanças realizadas pela MP 665/14 vigoraram de 28 de fevereiro a 16 de junho de 2015. Após essa data, o texto alterado pelos parlamentares foi transformado em lei e impôs regras menos rígidas para a concessão do seguro-desemprego.

Turismo - Outros dois projetos de lei sobre a área do turismo continuam em pauta. O PL 5559/09, do deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), estende o mecanismo de programas de fomento à cultura (Lei Rouanet) a atividades e projetos de turismo receptivo.

Já o PL 2892/15, do deputado Alex Manente (PPS-SP), prevê a dedução no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), por parte das empresas, de despesas realizadas em programas de capacitação dos trabalhadores do setor de turismo.

Urgência - Os deputados também podem analisar pedidos de regime de urgência para sete propostas, como a que atualiza as regras para a penhora on-line e desconsidera personalidade jurídica em processos trabalhistas.

PEC sobre curso pago em faculdade pública está na pauta

A PEC 395/14, que está na pauta desta semana, permite que universidades públicas cobrem por cursos de extensão, pós-graduação lato sensu, como os MBAs, e pelo mestrado profissional. Tanto a pós-graduação lato sensu quanto o mestrado profissional têm o objetivo de capacitar profissionais para o mercado de trabalho.

A ideia era votar a proposta na última quinta-feira (15), Dia do Professor. Mas a falta de acordo adiou a análise.

A deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) defendeu o adiamento. Segundo ela, permitir a cobrança para esses cursos poderia mudar o



A deputada Alice Portugal defendeu adiamento

eixo do sistema de pós-graduação e abrir brecha para futuras mudanças.

“Vai abrir a Constituição para garantir uma janela e, depois, cobrar a graduação



O relator da PEC, Cleber Verde, não vê riscos

também? No Dia do Professor, não poderíamos aprovar essa PEC”, disse.

Segundo o relator da proposta, deputado Cleber Verde (PRB-MA), o mestrado profissional poderá ser retirado do texto na análise dos destaques. Ele garante que não haverá brecha para futuras cobranças, e explica que o objetivo da proposta é apenas regulamentar uma prática já existente.

“Muitas universidades públicas hoje oferecem cursos de extensão, pós-graduação lato sensu e mestrado profissionalizante e cobram mensalidades”, disse o relator. “No entanto, são acionados judicialmente porque a Constituição diz que na rede oficial de ensino a educação tem que ser gratuita.”

Gabriela Korossy

Maryanna Oliveira

Eduardo Cunha nega renúncia e vai ao STF por rito de impeachment

Presidente ressalta que tem legitimidade para continuar exercendo prerrogativas do mandato

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, recorreu ontem contra as três liminares do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspenderam o rito de tramitação de pedidos de impeachment da presidente Dilma Rousseff. O rito havia sido definido por ele ao responder a uma questão de ordem da oposição. As liminares concedidas pelo STF congelaram o andamento dos pedidos na Câmara, já que não há definição se caberá recurso ao Plenário.

A questão de ordem respondida por Cunha admite recurso do Plenário contra o despacho dado pelo presidente da Câmara sobre o impeachment. A intenção é a de que o Plenário tenha a palavra final sobre a aceitação – ou não – do pedido de abertura de processo.

Em entrevista ontem no Salão Verde, Cunha disse que os recursos elaborados pela Câmara defendem a perda do objeto dos mandados de segurança decididos pelos ministros Teori Zavascki e Rosa Weber. O presidente vai pedir que Teori Zavascki assuma a relatoria de todas as decisões sobre o rito de impeachment, pelo fato de ter sido dele a primeira liminar.

Cunha defendeu o rito definido após a questão de ordem. “O recurso [contra o rito] é fraco do ponto de vista de sustentação da base em que foi colocado. Ainda assim, estamos contestando o mérito de cada ponto, para permitir que seja apreciado na sua plenitude”, disse.

O presidente da Câmara lembrou que, mesmo após as liminares do STF, ele continua tendo o poder de aceitar ou não os pedidos de impeachment.

Acusações - Eduardo Cunha respondeu às declarações da presidente Dilma Rousseff – que, na Suécia, disse lamentar que as denúncias divulgadas pela mídia nos últimos dias contra o presidente da Câmara envolvam um brasileiro. “Eu lamento que seja com um governo brasileiro o maior escândalo de corrupção do



O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, durante entrevista coletiva no Salão Verde

“Aqui só cabe uma maneira de eu sair, que é renunciar, e eu não vou renunciar. Então, aqueles que acham que podem contar com a minha renúncia, esqueçam.”

Deputado Eduardo Cunha

“mundo”, afirmou.

Ele reiterou que não vai renunciar ao cargo. “Eu fui eleito pela Casa. Aqui só cabe uma maneira de eu sair, que é renunciar, e eu não vou renunciar. Então, aqueles que acham que podem contar com a minha renúncia, esqueçam; eu não vou renunciar”.

O presidente também rejeitou qualquer especulação sobre o tema. “Não tem articulação, ninguém nem me procurou para falar disso. Qualquer especulação que esteja sendo feita é pura perda de tempo, porque não vai acontecer absolutamente nada. Vai continuar exatamente do jeito que está: eu continuarei, eu não renunciarei, e aqueles que desejam a minha saída vão ter de esperar o fim do mandato para escolher outro”, afirmou.

Ele ressaltou que tem legitimidade para exercer to-

das as prerrogativas do cargo, como presidir as sessões do Plenário. “Estou absolutamente tranquilo e me sinto em condições de continuar na Presidência”, acrescentou.

O momento político, segundo ele, não vai comprometer as votações na Câmara. “Ninguém votou mais rápido as coisas aqui do que eu. Teve dia de votar três medidas do governo foram votadas aqui com celeridade. Se o governo mais não conseguiu, é por que não tem uma base sólida”, avaliou.

Nota - Em relação à abertura de inquérito para investigar supostas contas na Suíça, Cunha reforçou os termos da nota divulgada por sua assessoria na sexta-feira (16) e disse que só se manifestará novamente por nota ou por meio dos seus advogados.

“Mantenho os termos integrais da nota. Tudo eu já respondi lá. A própria nota diz que eu vou ter acesso [ao inquérito]; na medida em que tiver acesso, os advogados contestarão. Eu não emitirei nenhuma outra palavra”, disse.

CPI - Questionado pelos jornalistas, Cunha disse que não cabe a ele a decisão de prorrogar, ou não, o prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito da

Petrobras, que termina no próximo dia 23. “A CPI não votou sua prorrogação e não cabe ao presidente da Câmara prorrogar. Se a Casa não quer, não é o presidente que vai fazer isso de ofício”, explicou.

O deputado Ivan Valente (PsoL-SP) criticou o encerramento da CPI sem o aprofundamento das denúncias contra políticos. Ele disse que o partido deve apresentar um voto em separado pedindo, entre outros, o indiciamento de Cunha.

Valente denunciou um “acordão” na CPI. “Como a operação é longa, detalhada e há muitos envolvidos, há um sistema de proteção montado. PT, PSDB e PMDB blindaram a CPI contra as investigações dos seus. Acordos foram feitos, e os exemplos são muitos”, criticou.

O deputado pediu ainda o afastamento de Eduardo Cunha, em consequência da divulgação de documentos sobre as supostas contas na Suíça. “O chefe de um Poder com tantas denúncias, tantos delatores premiados, as contas expostas, os documentos e suas assinaturas expostas, não tem condição de tocar qualquer sessão da Câmara, muito menos com a gravidade do impeachment, porque perderia a legitimidade”, afirmou Valente.

SESSÃO SOLENE

Lions Club faz 98 anos e é homenageado

Os 98 anos do Lions Club International foram homenageados na Câmara. Proposta pelo deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), a sessão solene, na quinta-feira (15), enalteceu a importância da entidade junto às comunidades carentes.

O Lions é uma das principais organizações internacionais de clubes de serviço do mundo, voltada para serviços humanitários, fundada por Melvin Jones em 1917.

Atualmente são aproximadamente 1,4 milhão de homens e mulheres realizando trabalhos sociais gratuitos, como exames de vista e de saúde ou construção de parques. A entidade também atua na concessão de cestas básicas e bolsas de estudo.

Apreço - “A iniciativa de realizar essa sessão é demonstrar o apreço que os membros desta Casa tem pelos serviços prestados pelo Lions. As associações voluntárias são importantíssimas para toda a comunidade”, afirmou o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em mensagem lida por Nilson Leitão.

O deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP) lembrou a importância pessoal do Lions. “Vindo de famílias pobres, eu e um grupo de 195 meninos só não fomos desencaminhados na vida graças ao trabalho do Lions Club. Eles sustentam na minha cidade uma estrutura grande”, disse.

Nilson Leitão manifestou apoio ao clube e fez um apelo para mais atenção aos valores familiares. “Que o Lions possa cada vez mais, quem sabe, colocar no coração dos brasileiros uma grande campanha dos valores que precisamos ter. Precisamos recuperar a família brasileira”, disse o deputado.



Nilson Leitão: valores familiares

Relator de CPI diz que a Petrobras foi vítima

Texto fala em cartel de fornecedores, sugere 14 propostas legislativas e faz 30 recomendações a diferentes órgãos

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras afirma que a estatal foi vítima de um cartel de empreiteiras, “com a cumplicidade de alguns maus funcionários”, e que houve “motivações de natureza pessoal” nos crimes cometidos.

O texto do deputado Luiz Sérgio (PT-RJ) faz críticas à Operação Lava Jato, não cita pedidos de indiciamento e afirma que “não há menção sobre o envolvimento dos ex-presidentes da Petrobras José Sérgio Gabrielli e Graça Foster ou de ex-conselheiros da estatal, como a presidente Dilma Rousseff”, nem do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Luiz Sérgio questiona a afirmação de houve “corrupção institucionalizada” na Petrobras e o “excesso de delações premiadas” homologadas pela Justiça – em especial a delação premiada de um dos principais colaboradores da Operação Lava Jato, Alberto Youssef, que, segundo o relator, quebrou delação anterior ao descumprir o compromisso de abandonar o mercado de câmbio.

“Esse doleiro, velho conhecido da Justiça, havia sido flagrado anos atrás no caso Banestado, quando fez o seu primeiro acordo de delação premiada, homologado pelo próprio juiz Sérgio Moro. Nesse acordo, Youssef se comprometeu a deixar a vida criminosa, mas não fez isso”, disse Luiz Sérgio.

Doações - O relatório questiona as conclusões da Polícia Federal e do Ministério Público sobre o pagamento de propinas por meio de doações oficiais de campanha a partidos políticos. De acordo com Luiz Sérgio, as investigações a respeito desse tema foram “superficiais”. Ele questionou, principalmente, conclusões sobre doações que teriam sido feitas por empreiteiras ao PT e ao PSDB.

“Não dá para acreditar que exista dinheiro carimbado no caixa das empreiteiras, daí ser exagerada a afirmação dos investigadores. Vejam o caso da Mendes Júnior, que tinha participação em consórcios contratados pela



O relator da CPI da Petrobras, Luiz Sérgio, apresentou ontem seu parecer, com mais de 750 páginas

Vários deputados apresentaram pedidos de vista na comissão, cujo prazo de funcionamento vai até a próxima sexta-feira

Petrobras ao mesmo tempo em que atuava nas obras do centro administrativo do governo de Minas Gerais. Quando essa empresa fez doações para campanhas, o dinheiro veio da Petrobras ou do governo mineiro?”

O relator faz críticas à Operação Lava Jato e alega que as investigações criminalizam a política. “Preciso alertar que os investigadores da Lava Jato, como dizem vários críticos dessa operação, parecem escolher os seus alvos, dando sequência a determinadas apurações enquanto barram outras. Isso é muito evidente quando analisamos a questão das doações de campanha, até porque muitas empresas envolvidas financiaram

diferentes partidos e vários candidatos”, disse.

Políticos - O relator optou por deixar de fora das recomendações os casos dos políticos investigados pela Lava Jato. Ele considerou que existem outras instâncias para isso. “Não custa lembrar, ainda, que qualquer partido com representação no Congresso pode oferecer denúncia ao Conselho de Ética”, afirmou.

Ele questionou delações obtidas com os réus presos e sugeriu que uma comissão da Câmara apresente proposta para regulamentar a colaboração premiada, de forma a evitar “possível cerceamento de defesa”.

Recomendações - No relatório, Luiz Sérgio sugere 14 propostas legislativas relativas a um maior controle da gestão de empresas estatais, mudanças na Lei Anticorrupção (especialmente quanto a delações premiadas) e a criação de um fundo anticorrupção e premiação

em dinheiro para quem denunciar ilícitos na administração pública.

Além disso, o relatório faz 30 recomendações de procedimentos à Petrobras, à Procuradoria-Geral da República, ao Ministério da Justiça, à Câmara e ao Ministério das Minas e Energia. Luiz Sérgio sugere à Petrobras que adote a prática de concorrência nos casos de contratos mais vultosos. Ele admite, porém, que a Lei de Licitações pode fazer a empresa perder agilidade nos contratos, daí recomenda um maior rigor no regime diferenciado de contratações seguido pela empresa. Ele recomenda ainda que a Petrobras adote auditorias permanentes.

Vários deputados apresentaram pedidos de vista. Com isso, há o prazo regimental de duas sessões do Plenário da Câmara para que o parecer seja votado pela comissão, cujo prazo de funcionamento vai até a próxima sexta-feira (23).

Vice-presidente vê ‘corrupção institucionalizada’

O 1º vice-presidente da CPI, Antonio Imbassahy, criticou o relatório apresentado pelo deputado Luiz Sérgio.

“Está claro que houve uma corrupção institucionalizada e dizer o contrário vai contra todas as investigações feitas até agora pela Polícia Federal e pelo Ministério Público”, afirmou.

Os sub-relatores Andre Moura e Bruno Covas concluíram ainda, em seus pareceres setoriais, que a estatal criou empresas privadas de fachada para burlar a legislação e evitar o controle por parte do Tribunal de Contas da União.

Os sub-relatórios apresentados por eles apontam

que isso ocorreu em relação às empresas Sete Brasil, criada para construir sondas de perfuração, e Transportadora Gasene, criada para construir um gasoduto.

Segundo a Operação Lava Jato, os contratos relativos às obras renderam propinas a diretores das empresas e a agentes políticos.

Relação de indiciados vai ser reavaliada

A quantidade e a relação das pessoas a serem indiciadas ainda serão definidas até quinta-feira (22), penúltimo dia de funcionamento da CPI – que ainda pode ser prorrogada se o Plenário da Câmara aprovar requerimento apresentado pelo deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS).

Pelo menos dois sub-relatores, Bruno Covas (PSDB-SP) e Andre Moura (PSC-SE), pediram o indiciamento do ex-presidente da Petrobras José Sérgio Gabrielli. Covas pede também o indiciamento de Dilma Rousseff, ex-presidente do Conselho de Administração. “Não é possível tirar a responsabilidade da presidente Dilma”, concordou o vice-presidente da CPI, Antonio Imbassahy (PSDB-BA).

Reunião - Ao todo, Moura, Covas e outro sub-relator, Altineu Côrtes (PR-RJ), pediram mais de 60 indiciamentos. Como as sugestões não foram acatadas por Luiz Sérgio, a relação das pessoas que terão o indiciamento solicitado pela CPI ainda será definida em reunião na qual os deputados poderão apresentar sugestões.

Os sub-relatores podem apresentar destaques de votação em separado para incluir ou excluir trechos do relatório até o início da votação do texto final, na quinta-feira.

“Vamos fazer uma reunião de trabalho para tentar diminuir ao máximo o número de destaques”, disse o presidente da CPI, Hugo Motta (PMDB-PB).

Insatisfação - Bruno Covas deixou clara sua insatisfação. “Está parecendo um não relatório”, disse. O deputado Ivan Valente (Psol-SP) anunciou que vai apresentar um relatório paralelo.

Gustavo Lima

Terceiro setor apresenta demandas sobre parcerias

MP adia para fevereiro regras sobre parcerias entre entidades e administração pública; relatório será divulgado hoje

O relatório da Medida Provisória 684/15, que adia para fevereiro de 2016 a entrada em vigor das regras sobre parcerias voluntárias entre organizações da sociedade civil e a administração pública, deve ser apresentado hoje pelo deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG). A reunião está marcada para as 15h, na sala 2 da ala Nilo Coelho, no Senado.

Na semana passada, o tema foi discutido em audiência com entidades do terceiro setor, que apresentaram demandas sobre a MP.

O representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) na audiência, Silvio Santana, afirmou que o novo marco legal das ONGs é um avanço, mas precisa ser aprimorado em alguns pontos. Ele apontou aspectos burocráticos que podem atrapalhar as entidades religiosas que atuam na assistência social.



Alex Ferreira

Eduardo Barbosa deve apresentar nesta semana seu relatório

Trabalho voluntário - Para reforçar a importância do trabalho desenvolvido pelas organizações, Santana citou pesquisa recente do Ibope, que projeta em cerca de 12 milhões o número de brasileiros que atuam voluntariamente nessas entidades.

Santana ressaltou que, dos 12 milhões, apenas 4 milhões atuam exclusivamente em atividades ligadas a cultos e os outros 8 milhões ajudam também na busca por direitos de grupos socialmente marginalizados e em demandas sociais diretas.

Tratamento - Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Ana Paula Andrade pediu igualdade de tratamento em relação às demais organizações nas parcerias com o poder público.

Já a integrante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) Cristiane de Castro sugeriu uma emenda para retirar a possibilidade conferida ao governo de classificar como de “má execução” um serviço ou obra realizados por uma organização social, sem uma análise judicial do caso.

Diretores - Marília de Castro, da Rede Brasileira do Terceiro Setor, leu documento assinado por diversas entidades pedindo “alterações profundas” no novo marco. O texto é apoiado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pela Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo e pela Federação Nacional das Es-

colas Particulares. O artigo que prevê a “responsabilidade passiva obrigatória” dos diretores das organizações sociais em relação a eventuais dolos na execução das parcerias é o que mais preocupa essas entidades.

Avanço - Já Vera Masião, diretora da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais considera o novo marco um avanço em termos de planejamento, transparência e controle na relação da administração pública com o terceiro setor. Para ela, a norma pode evitar “picaretagens” na área.

Representante do governo federal no debate, Laís Figueiredo disse que participaria de reuniões com o relator e com as consultorias legislativas do Senado e da Câmara para a elaboração do relatório final. Ela defendeu o texto no que se refere à prestação de contas e transparência.

UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Átila Lins representará América Latina em comitê executivo



Átila Lins foi escolhido para o cargo em assembleia da UIP em Genebra

O deputado Átila Lins (PSD-AM) foi escolhido representante dos 22 países da América Latina e Caribe junto ao Comitê Executivo da União Interparlamentar (UIP), com mandato no período 2015-2019. Com 18 integrantes, o comitê é responsável pelo tratamento dos principais temas interparlamentares mundiais e da agenda internacional da UIP.

A escolha ocorreu no último sábado, em Genebra, na Suíça, em reunião dos representantes dos países da América Latina e Caribe, durante

a 133ª Assembléia da União Interparlamentar. Segundo Átila Lins, desenvolvimento, democracia, direitos humanos e soluções para problemas internacionais passarão a ser tratados sob uma perspectiva brasileira.

Além de Átila Lins e de Maurício Quintella Lessa (PR-AL), que preside o grupo brasileiro da UIP, participaram da assembleia Claudio Cajado (DEM-RJ), Joaquim Passarinho (PSD-PA), Soraya Santos (PMD-RJ), João Carlos Bacelar (PR-BA) e Pedro Chaves (PMDB-GO).

VALE DO SILÍCIO

Deputados reúnem-se com Mark Zuckerberg, criador do Facebook



Os deputados visitaram a sede do Facebook, recebidos por Mark Zuckerberg

A convite da equipe do Facebook no Brasil e da Universidade de Stanford, os deputados Luiz Lauro Filho (PSB-SP), Eduardo Cury (PSDB-SP), JHC (SD-AL) e Vitor Lippi (PSDB-SP) estiveram na semana passada na Califórnia (EUA), onde conheceram o Vale do Silício e foram recebidos pelo criador da rede social, Mark Zuckerberg, para debater o projeto Internet.Org.

O objetivo foi conhecer soluções de conectividade para as regiões mais pobres e remotas do Brasil.

Integrante da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, Luiz Lauro Filho destacou que a internet pode trazer, além de notícias em tempo real, educação e entretenimento aos que detêm o acesso. O deputado JHC, que também integra a comissão, disse que a intenção é criar, no Nordeste, um ambiente propício à inovação, permitindo a geração de empregos, conhecimento tecnológico, atração de investimento e um ambiente de constante inovação.

SETOR AÉREO

Maior capital de estrangeiros divide opiniões

Debatedores divergiram em audiência na Câmara sobre o Projeto de Lei 2724/15, que eleva a participação do capital estrangeiro com direito a voto das empresas de transporte aéreo. A audiência foi promovida pela Comissão de Viação e Transportes.

O objetivo da proposta é atrair mais investimentos e aumentar a concorrência. O texto, de autoria do deputado Carlos Eduardo Cadoca (PCdoB-PE), prevê que pessoas jurídicas estrangeiras possam ter até 49%, com direito a voto, de companhias aéreas brasileiras. Hoje, o máximo é de 20%.

O diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Airton Nogueira Júnior, disse que a mudança é positiva e que não será prejudicial para os empresários brasileiros.

O secretário de Política Regulatória de Aviação Civil, Rogério Teixeira Coimbra, explicou que o projeto visa permitir que empresas estrangeiras invistam no Brasil, mas não autoriza que operem aviões no País.

Empregos - Já o representante do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Tiago Rosa da Silva, manifestou seu receio com relação à medida. “Nosso medo é uma empresa aérea tomar os empregos.”

Presidente da comissão, Clarissa Garotinho (PR-RJ), ressaltou que, caso estrangeiros passem a controlar uma empresa brasileira, terão de seguir a legislação do País, principalmente quanto às leis trabalhistas. Segundo a deputada, haverá debates com representantes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Antonio Augusto



Clarissa Garotinho, no debate

Especialistas defendem órgão para integrar diversos tipos de transporte

Comissão de Desenvolvimento Urbano e UnB promoveram seminário internacional

Especialistas defenderam a criação de uma Autoridade Metropolitana para solucionar a falta de integração entre corredores de ônibus e linhas de metrô, durante seminário internacional sobre mobilidade urbana, promovido na Câmara durante a semana passada.

O presidente da concessionária de Metrô da Bahia, Luís Augusto Valença de Oliveira, disse acreditar que o transporte deve ser complementar, sob o risco de a concorrência prejudicar o usuário. Para isso, é preciso articular os modais e verifi-

car a eficiência do sistema.

“O ônibus é de responsabilidade dos municípios; o metrô e os trens metropolitanos normalmente são do governo estadual. Essas duas instâncias têm de estar sob algum ordenamento que obrigue todas as partes a fazer as coisas corretas”, disse.

“Ônibus e metrô têm de estar sob algum ordenamento que obrigue todas as partes a fazer as coisas corretas.”

Luís Oliveira, do Metrô da Bahia

Oliveira atribuiu a má distribuição de recursos aos subsídios cruzados. Muitas vezes incentivos mais altos dados a um modal de transporte são compensados com investimentos menores em outro modal, sem considerar a demanda da população.

Debate - O deputado Ronaldo Benedet (PMDB-SC), que relatou a publicação “O Desafio da Mobilidade Urbana”, do Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara (Cedes), explicou a necessidade de discutir o tema.

A questão, ressaltou o parlamentar, “é que a forma

de se locomover deve gastar o menor tempo possível, para que as pessoas não percam boa parte de suas vidas indo para seus locais de trabalho ou de lazer”.

O 3º Seminário Internacional Mobilidade e Transportes é fruto de uma parceria entre a Comissão de Desenvolvimento Urbano e a Universidade de Brasília, e reuniu pesquisadores brasileiros e estrangeiros, gestores públicos das três esferas de governo do Brasil e de outros países, além de empresários, representantes da pesquisadores e da sociedade.

Antonio Augusto



DURANTE O SEMINÁRIO, o deputado Ronaldo Benedet participou do lançamento da publicação “O Desafio da Mobilidade Urbana”, do Centro de Estudos e Debates Estratégicos. O livro está disponível na internet (<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/25220>)

Instabilidade política reduz investimento

A instabilidade política e regulatória gera baixo investimento em obras de mobilidade urbana, segundo o consultor da área de desenvolvimento urbano Tarcísio Gomes de Freitas. Ele comentou o tema durante o 3º Seminário Internacional de Mobilidade e Transportes.

Freitas criticou a falta de clareza sobre o volume de recursos que o governo federal pretende injetar nas infraestruturas de contorno viário em 2016. Essas obras permitem separar o tráfego local do trânsito pesado das principais rodovias que cortam o País.

“A Lei Orçamentária Anual de 2016 não tem muitos contornos previstos. E o

pior é que a maioria das rubricas tem dotação simbólica, ou seja, colocam-se projetos, mas não se tem clareza nenhuma do que realmente vai ser feito”, afirmou.

“A maioria dos investimentos previstos não tem a menor condição de acontecer, porque não há projeto nem estudo ambiental em andamento. Isso é ruim porque, se a gente não sabe o que vai acontecer, o investidor também não sabe.”

O consultor avaliou os engarrafamentos no entorno de Brasília, onde falta contorno viário para desafogar o trânsito da BR-020, que liga a capital a Fortaleza, no Ceará. Como exemplo bem-sucedido, ele citou a cons-

trução da Rodovia Parque (BR-448) em 2014, no Rio Grande do Sul, que encurtou o tempo de viagem pelas vias da região metropolitana de Porto Alegre.

Carros - Já o professor Benny Schvarsberg, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, usou as estatísticas do Observatório das Metrôpoles para reforçar o quadro de imobilidade urbana. Ele relatou o aumento em 32,3 milhões da frota de automóveis nos últimos dez anos. Só em 2014, cerca de 3,2 milhões entraram em circulação.

“Esse crescimento explosivo da frota ocorreu especialmente após algumas políticas anticíclicas adota-

das (aumento de renda e desonerações fiscais) e ocorre de forma concentrada nas 17 regiões metropolitanas, que aglomeram 40% da população, 45% de automóveis e 23% das motos do País”, declarou.

Crítica - O presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, deputado Julio Lopes (PP-RJ), também criticou a prioridade ao transporte individual. “Estamos com as nossas cidades atravancadas de veículos, temos uma produção anual de 4 milhões de veículos e não temos como colocá-los nas ruas, em virtude de as ruas serem as mesmas, o tamanho das cidades é o mesmo”, afirmou.

NOS ESTADOS



PA

Fotos: Divulgação

Júlia Marinho participa das comemorações do Dia das Crianças em Campos Altos, no Pará

A deputada Júlia Marinho (PSC-PA) participou, no último dia 11, das comemorações pelo Dia das Crianças realizadas na região de Campos Altos, zona rural do município de Conceição do Araguaia, no Pará. Durante a festa, que foi organizada pela líder comunitária Neuzira Reis, as crianças participaram de diversas brincadeiras e receberam presentes pela data.

Tereza Cristina recebe novos filiados do PSB em encontro no norte de Mato Grosso do Sul

No final de semana, o PSB de Mato Grosso do Sul se reuniu para receber novos filiados na região norte do estado. A presidente estadual do partido, deputada Tereza Cristina (PSB-MS), participou do encontro e recebeu os novos filiados. Os encontros ainda vão se estender, até o fim deste ano, por outras nove regiões de Mato Grosso do Sul para receber mais adeptos ao PSB.

MS



Vanderlei Macris debate acesso de portadores de doenças raras a tratamentos

Na última sexta-feira, o deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP) debateu com o padre Felipe Moraes Negro e com Ana Terezinha Naleto, membros da Associação Paulista de Mucopolissacaridoses e Doenças Raras, o acesso de portadores das doenças a tratamentos. “É preciso garantir a atenção e a qualidade de vida a essa população”, afirmou.

SP



Hélio Leite participa da romaria de Nossa Senhora de Nazaré em Castanhal

O deputado Hélio Leite (DEM-PA) participou da 17ª Romaria em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré, realizada no domingo em Castanhal, considerada uma das maiores manifestações religiosas do interior do Pará. Os fiéis percorreram as ruas da cidade em direção à Igreja Santuário do Distrito do Apeú, um percurso de oito quilômetros, duas vezes maior do que o do Círio em Belém.

PA



Em Morada Nova, Adail Carneiro debate revitalização do perímetro irrigado da região

O deputado Adail Carneiro (PHS-CE) esteve em Morada Nova (CE), onde participou de audiência sobre a revitalização do perímetro irrigado da região, em evento da Câmara Municipal. “A obra é muito importante para os produtores rurais e os moradores. Estamos elaborando ações para a revitalização, principalmente por conta do impacto causado pela estiagem, que já dura 4 anos”, disse.

CE



Miguel Lombardi troca informações com Dnit sobre projeto de viaduto em Limeira

O deputado Miguel Lombardi (PR-SP) debateu com o novo superintendente do Dnit em São Paulo, engenheiro Roberto Ravagnani, o projeto de construção de viaduto que liga o centro à região do Boa Vista, em Limeira, que já teve aprovado o estudo de viabilidade técnica. Lombardi também fez gestão para viabilizar um viaduto sobre a linha férrea em Cordeirópolis.

SP

